

INTRODUÇÃO

A família constitui, em qualquer parte do mundo, o núcleo de base da sociedade e um elemento essencial para a compreensão dos mecanismos demográficos e das suas inter-relações com o desenvolvimento socio-económico do país.

Em outras partes do mundo, principalmente no continente africano, os agregados familiares têm uma influência determinante como unidades de solidariedade entre as gerações e contribuem fortemente para o controlo social através da transmissão de normas e valores.

Modernamente e devido a diversos factores de ordem social e económica, motivados pelo fenómeno da revolução industrial, as migrações, o aumento da escolarização, entre outros factores, o anterior conceito de família alargada, composta por vários elementos pertencentes a diversas gerações em convívio e coabitação na mesma residência, foi substituído pelo actual conceito de família nuclear, em que apenas duas gerações (pai, mãe e filhos/as) convivem e coabitam na mesma residência. Assim, os idosos encontram-se a residir sozinhos e os adultos a fazer um forte investimento profissional, para garantirem a sua subsistência e a dos seus descendentes.

Em S. Tomé e Príncipe, esta tendência ainda não está fortemente acentuada, mas existem diversos factores que têm contribuído para a fragilidade das instituições familiares, entre os quais se destacam:

- ❖ Baixo nível de desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos sociais;
- ❖ Debilidade dos organismos de protecção social;
- ❖ Baixo nível de rendimento e de sustentabilidade;
- ❖ Condições sócio-sanitárias ainda precárias;
- ❖ Relações de género desequilibradas, em prejuízo da mulher, entre outros.

Neste contexto, torna-se necessário e urgente centrar a atenção sobre as famílias são-tomenses.

No Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2001 (RGPH 2001), foram recolhidas informações sobre os agregados familiares, que não abarcam unicamente as famílias *stricto sensu*, mas têm em conta grupos de pessoas que têm arranjos residenciais comuns e estão ligadas ou não por laços de parentesco.

Segundo as definições adoptadas, o Agregado Doméstico consiste numa só pessoa que vive numa unidade de alojamento ou num grupo de duas ou mais pessoas vivendo juntas numa mesma unidade de alojamento e que satisfazem em comum as suas necessidades alimentares e outras necessidades vitais. Os seus membros não têm necessariamente entre si uma relação de parentesco. Mas pode ser constituído por um ou mais núcleos familiares ou também pode não abarcar nenhum núcleo.

Este relatório tem como objectivo essencial analisar, à luz dos resultados do RGPH 2001, os agregados familiares ao nível macro-social e algumas das múltiplas relações que existem no seu seio. Esta análise será feita ao nível nacional, por meio de residência urbano e rural e por distritos.

No primeiro capítulo é feita uma abordagem geral da distribuição dos agregados familiares recenseados, por distritos e meio de residência, bem como do nível de conforto desses mesmos agregados.

No segundo capítulo analisa-se o perfil dos chefes dos agregados familiares, as taxas dos chefes dos agregados e analisa-se a relação entre o sexo dos chefes dos agregados e algumas características socio-económicas dos agregados familiares.

O terceiro capítulo refere-se a tipologia e estrutura das famílias dos agregados familiares, incluindo entre outros aspectos as relações de parentesco, os tipos de família e a proporção dos membros fora do núcleo.

Finalmente o quarto capítulo centra-se no tamanho dos agregados familiares, relacionando-o com algumas características dos chefes dos agregados familiares.

Breve caracterização da Família São-Tomense

A estrutura da família em São Tomé e Príncipe resulta da mistura de tradições africanas trazidas pelos escravos, por um lado, e das influências da colonização portuguesa e da vida nas plantações (roças), por outro lado. Tanto os homens escravos numa primeira fase, como os trabalhadores contratados numa segunda fase, eram trazidos sozinhos, de diferentes países, grupos étnicos e culturas e atirados para as roças. Nestas, portanto, a quantidade de mulheres era muito pouca, o que criou condições para a poligamia e para a poliandria.

A solidariedade, que se desenvolveu entre essas pessoas, resultou da convivência nas barracas das plantações e não de uma forte cultura comum ou de laços comunitários e familiares desenvolvidos através de gerações.¹

A escravatura e o trabalho sob contrato dissolveram as regras e mecanismos de controlo sociais que regulam o casamento e o divórcio em sociedades tradicionais, o que deu origem a que os homens, sem receio de sanções sociais, abandonem facilmente as suas parceiras e filhos, sem assumir a parte de responsabilidade que resulta da necessidade do seu sustento.²

Na estrutura familiar são-tomense, constata-se que cerca de metade da população adulta não tem relacionamentos permanentes. Dos que têm, grande parte vive em união de facto. Assim, tanto os homens como as mulheres têm uma série de ligações maritais ao longo de suas vidas, resultando em que muitas mulheres têm filhos de mais do que um parceiro e muitos homens tenham filhos com várias mulheres, o que afecta sobremaneira a educação das crianças.

No entanto, os estudos sobre a família propriamente dita, são escassos e algumas análises existentes são feitas com base na recolha de dados estatísticos com outros fins.

A Constituição Política do país, aprovada pela lei nº7/90, no seu artigo sobre família, casamento e filiação, estabelece nos pontos 1, 3 e 5 respectivamente, o seguinte:

- “Todos têm direito de constituir família e de contrair casamento em condições de plena igualdade”;
- “Os cônjuges têm iguais direitos e deveres quanto à capacidade civil e política e à manutenção e educação dos filhos.”;
- “Os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos”.

¹ Sistema das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe, São Tomé e Príncipe: Preparação Conjunta da Avaliação Geral do País, Novembro de 1998

² Idem

A Lei n.º 2/77 regula juridicamente as instituições familiares e visa, entre outros aspectos, o fortalecimento da família e do sentimento de amizade, respeito e ajuda mútua entre os seus membros.

O artigo 3º desta lei estabelece como idade mínima para contrair matrimónio os 18 anos, podendo ser excepcionalmente de 14 anos para a mulher e de 16 anos para o homem. Por sua vez, o artigo 18º estabelece um estatuto equivalente entre o casamento e a união de facto, desde que esta reúna os requisitos de exclusividade e estabilidade e seja reconhecida legalmente. Segundo declarações do Registo Civil, na maior parte das vezes, a declaração da união de facto é feita apenas após a separação ou falecimento de um dos cônjuges, com o objectivo de se obter uma pensão alimentar ou de sobrevivência ou a repartição dos bens do casal.

No referente aos direitos e deveres entre os cônjuges, o artigo 26º diz que “Ambos os cônjuges estão obrigados a cuidar da família que criaram e a cooperar um com o outro na educação, formação e orientação dos filhos, de acordo com os princípios da nação.”, embora na prática isto não se verifique; os filhos são na maior parte das vezes deixados ao cuidado exclusivo das mães. Quando estas recorrem à lei, reclamando uma pensão para as crianças, o subsídio atribuído é manifestamente insuficiente.

Outro aspecto importante a destacar nessa lei é o que estipula o artigo 65º: “Todos os filhos são iguais perante a lei e por tal gozam dos mesmos direitos e têm os mesmos deveres em relação aos pais, seja qual for o estado civil destes”. Neste sentido, as crianças adquirem o direito de serem atendidas pelos pais e o de sucessão após a morte do pai.

De realçar que esta lei, que tem mais de 25 anos, precisa de ser revista e actualizada de acordo com o contexto actual da sociedade são-tomense e também divulgada para que, tanto os homens como as mulheres conheçam os seus direitos e deveres enquanto cônjuges e chefes de família.

Pode-se concluir, com base nas afirmações anteriores, que a situação da família são-tomense é complexa e necessita de um estudo aprofundado que permita conhecer a sua situação actual e as tendências evolutivas, considerando que a sociedade está em constante mutação.

A. DISTRIBUIÇÃO, COMPOSIÇÃO SOCIO-DEMOGRÁFICA E SOCIO-ECONÓMICA DOS AGREGADOS FAMILIARES

A.1. Distribuição dos agregados familiares

De acordo com o RGPH 2001, existem 33659 agregados familiares dos quais 32284 (95%) residiam em S. Tomé e 1605 (5%) residiam na Região do Príncipe.

Estes agregados familiares distribuem-se por todo o território nacional, existindo uma média de 4,1 pessoas por agregado, não havendo diferenças significativas, ao se comparar os diferentes distritos de S. Tomé e Príncipe.

As famílias monoparentais têm um valor significativo, sobretudo aquelas em que o chefe do agregado é do sexo feminino.

A.2. Composição sócio-demográfica e sócio-económica dos agregados familiares

A.2.1. População dos agregados familiares por sexo e idade

Os agregados familiares são constituídos na sua maioria por pessoas dos 5 aos 49 anos de idade, mas a maior proporção situa-se no grupo etário dos 15 a 49 anos, em que ao nível nacional tanto os homens como as mulheres representam cerca de 47% e mais de 48% respectivamente (tabela A.1), o que prova uma vez mais que a população santomense é muito jovem.

No que se refere à repartição por sexo, constata-se que até aos 15 anos há maior proporção de indivíduos do sexo masculino, mas que a tendência inverte-se a partir dessa idade, o que está de acordo com a estrutura da população santomense.

Relativamente à distribuição por distritos, constata-se que a tendência é a mesma que ao nível nacional nos distritos de Água Grande e Mé-Zochi que são os mais populosos. Nos restantes distritos há um equilíbrio na repartição por sexos nos diferentes grupos etários.

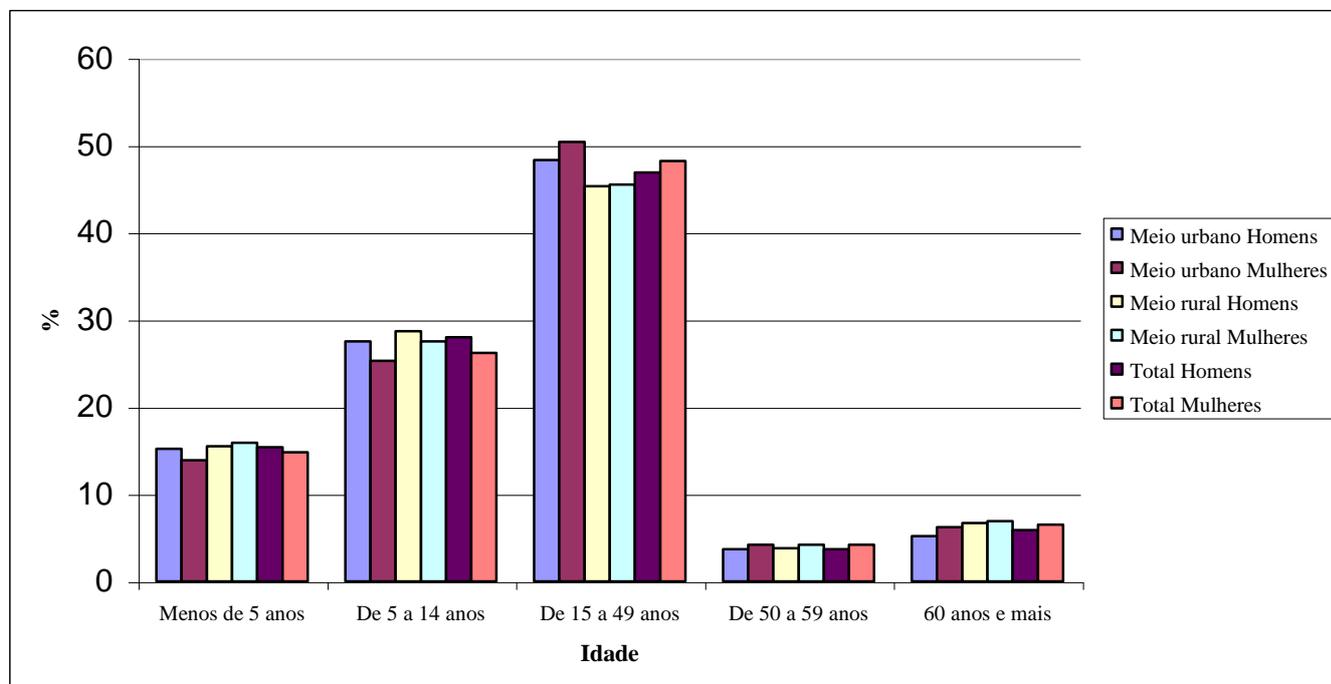
tabela A.1. Repartição percentual da população dos agregados familiares por sexo e idade, segundo os distritos

Idade	A. Grande		Me-Zochi		Cantagalo		Caue		Lemba		Lobata		Príncipe		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Menos de 5 anos	14.5	13.3	15.2	14.6	16.4	16.6	17.9	17.2	16.8	17.8	15.5	15.9	15.3	15.8	15.4	14.8
De 5 a 14 anos	26.8	24.3	29.3	27.3	28.7	27.5	29.6	29.8	28.6	27.4	28.6	27.2	25.8	27.5	28	26.2
De 15 a 49 anos	49.8	52.1	45.4	46.6	44.6	44.7	42.4	44	45.3	45.2	45.7	45.3	47.3	46.9	46.9	48.2
De 50 a 59 anos	3.7	4.2	3.9	4.5	3.4	4.3	4.3	4	3.5	4	3.7	4	3.8	3.7	3.7	4.2
60 anos e mais	5.1	6.1	6.2	7.1	6.9	6.9	5.8	5	5.7	5.6	6.6	7.6	7.9	6.1	5.9	6.5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Relativamente ao meio de residência urbano e rural (gráfico A.1), vê-se que à semelhança da composição segundo os distritos, os agregados familiares são constituídos maioritariamente por pessoas dos 5 aos 49 anos. No que se refere à repartição por sexo, tanto os homens como as mulheres dos 15 a 49 anos estão em maiores proporções no meio urbano do que no rural, principalmente as mulheres cujas diferenças são mais significativas. Isto pode ser explicado por

maior emigração das mulheres para os meios urbanos que oferecem melhores condições para a realização do comércio, que constitui a principal actividade económica das mulheres.³

Gráfico A.1. Composição (em %) dos agregados familiares por sexo e idade segundo o meio de residência



A.2.2. Estado civil dos membros do agregado familiar

Os solteiros de ambos os sexos constituem a maior proporção nos agregados familiares (40%), seguindo-se as uniões de facto (26%), tanto ao nível nacional como nos distritos (tabela A.2). As crianças com menos de 10 anos de ambos os sexos representam cerca de 29% da população dos agregados familiares. Isto espelha o tipo de relacionamento que existe entre as famílias em São Tomé e Príncipe, ou seja, num mesmo agregado coabitam várias famílias e os seus respectivos filhos.

A proporção dos homens solteiros nos agregados em todos os distritos é superior à proporção das mulheres, enquanto a proporção das mulheres em união de facto é superior a dos homens nos distritos e ao nível nacional. Isto pode ser devido ao facto de as mulheres declararem mais facilmente a união mesmo que não esteja legalizada, ao passo que os homens não o fazem.

³ Consultar o tema “Mulheres de São Tomé e Príncipe”

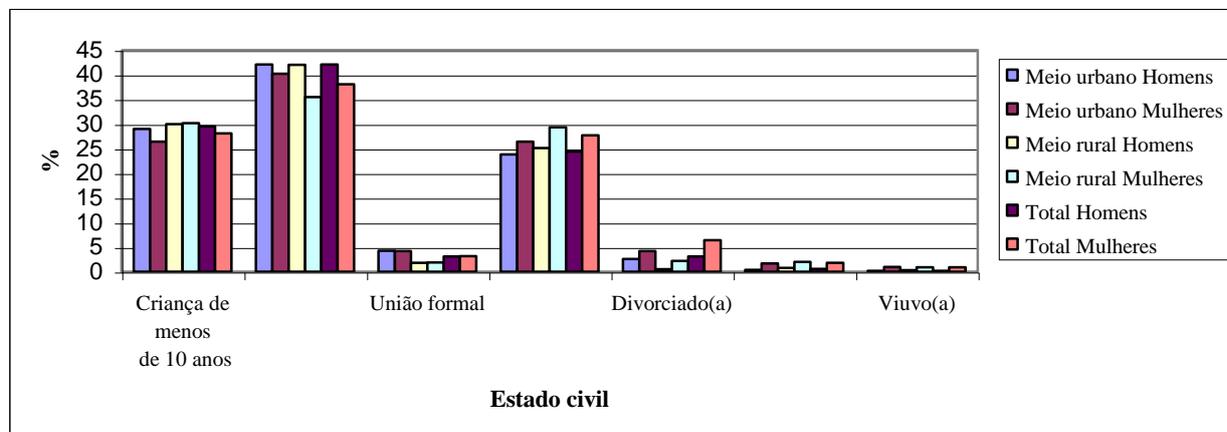
Tabela A.2. Repartição (em %) da população dos agregados familiares por estado civil segundo os distritos

Estado Civil	A.Grande		Me-Zochi		Cantagalo		Caué		Lemba		Lobata		Príncipe		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Criança de menos de 10 anos	28	25	30	28.7	30.6	30.8	34	33.1	31.8	32.6	29.6	29.7	28.2	30.1	29.5	28.1
Solteiro(a)	43.5	42.1	41.6	36.6	40.3	34.7	37.6	35	39	37	44	38.3	41.9	34.4	42.1	38.1
Casado(a)	5.1	5	2.3	2.4	1.4	1.4	0.6	0.8	1.4	1.6	1.8	1.9	4.2	4.3	3.1	3.2
União de facto	22.8	24.8	24.3	27.9	27.3	32.1	27.3	30.3	27.3	33	24.1	28	25.2	30.4	24.4	27.7
Divorciado(a)	0.1	0.1		0.1								0.1		0.1		0.1
Separado(a)	0.4	1.9	1.4	3	0.3	0.6	0.2	0.4	0.4	1.3	0.3	1.5	0.1		0.6	1.8
Viuvo(a)	0.2	1.1	0.3	1.2	0.1	0.5	0.2	0.3	0.3	0.9	0.3	0.5	0.3	0.8	0.2	0.9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

No que se refere ao meio de residência, as tendências do meio urbano não diferem das do meio rural, onde as crianças com menos de 10 anos, as pessoas solteiras e as que se encontram em união de facto estão em maiores proporções (gráfico A.2).

Tanto no meio urbano como no rural, há maior proporção de homens solteiros do que de mulheres solteiras nos agregados familiares, mas a proporção de mulheres solteiras é nitidamente inferior nos agregados rurais do que nos urbanos (35,5% para 40,2%). De destacar que é maior a proporção das mulheres que se encontram em união de facto nos meios rurais, o que é natural dada a existência de alguns factores sócio-culturais e também ao facto de terem menos oportunidades de educação / formação e emprego.

Gráfico A.2. Repartição (em %) da população dos agregados por estado civil segundo o meio de residência



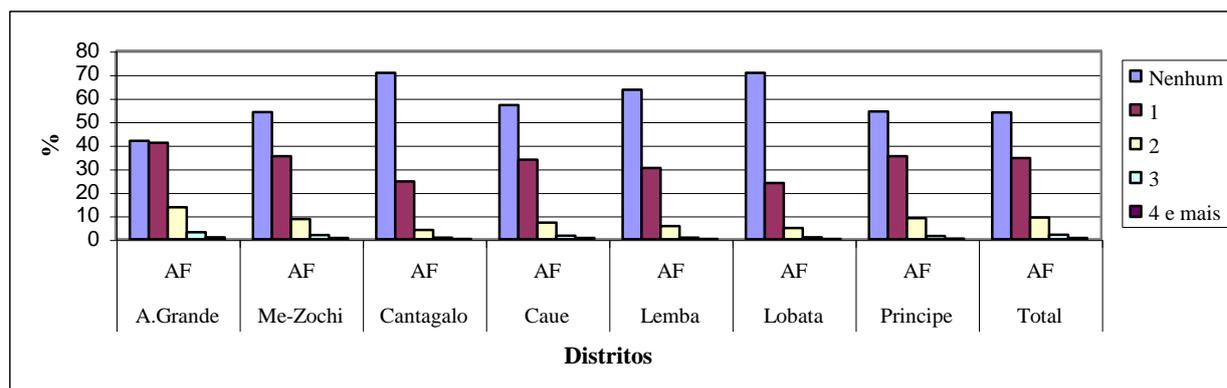
A.3. Número de activos salarizados no agregado familiar

Ao nível nacional a proporção de agregados familiares que não têm nenhum activo salariado ronda os 54% do total dos agregados e mais de 48% da população, o que demonstra bem o grau de pobreza que afecta as famílias santomenses. Nota-se que à medida que aumenta o número de activos salarizados diminui o número de agregados, bem como a proporção da população total (anexo A3). Assim, a proporção de agregados que têm 4 e mais activos salarizados nem atinge um por cento (0,5%).

Relativamente à situação nos distritos, a tendência é a mesma que ao nível nacional. Comparando os distritos entre si, constata-se que a proporção de activos salarizados nos agregados familiares, varia segundo os distritos, sendo mais elevada a proporção dos agregados

familiares que têm um ou mais activos salarizados no distrito de Água-Grande (58,3 % dos agregados e 63,4% da População) seguindo-se-lhe o distrito de Me-Zochi (46,1% do agregados e 52,9% da População), tendo em conta que são os mais populosos e os que oferecem melhores oportunidades económicas (gráfico A.3). Os distritos de Cantagalo e Lobata são os que têm a menor proporção e apresentam uma situação mais crítica onde mais de 70% dos agregados não têm nenhum activo salarizado, o que leva a crer que o índice de pobreza nesses distritos é elevado, com muitas famílias sem suporte económico.

Gráfico A.3. Percentagem dos agregados familiares por número de activos salarizados por distrito



A.4. Conforto dos agregados familiares⁴

A.4.1. O índice do nível de conforto

O índice de conforto está baseado na posse ou não pelos agregados familiares das pessoas recenseadas de alguns dos bens ou serviços como: electricidade, rádio, água canalizada (rede pública, canalização interior ou no quintal, chafariz ou fontanário público), casa de banho (casa de banho completa, retrete), sistema de esgotos (rede pública, fossa séptica), disponibilidade ou não de três compartimentos, fogão a gás ou a petróleo, construções em alvenaria, mista ou pré-fabricada, cobertura (telha, betão, losalite), soalho (cimento, mosaico/mármore). Estes bens e serviços que o agregado familiar possui referem-se ao período do inquérito.

A.4.2. Possessão de bens e serviços pelos agregados familiares

Segundo dados do RGPH de 2001 expressos na tabela A.3, os bens e serviços que a maioria dos agregados possui são os seguintes: água canalizada/ fontanário (73,9%), rádio (51,6%), gás, electricidade e petróleo para cozinhar (50,2%) e electricidade (47,6%). Em contrapartida, apenas cerca de 17% do total dos agregados possuem casa de banho / retrete e mais de 17% possuem sistema de esgotos. Esta situação de *per si* revela que o saneamento do meio é um dos problemas que afecta a saúde pública e que tem contribuído para a proliferação das doenças diarreicas e das parasitoses intestinais. De realçar que apenas 20% dos agregados têm o tecto coberto de telha, betão ou losalite, já que uma grande parte das casas são cobertas de zinco.

⁴ Os agregados familiares recenseados serão classificados em 3 níveis "sócio-económicos" ou de conforto, consoante o número de bens e serviços que possuem, numa escala de 0 (se não possuírem nenhum bem ou serviço) a 11 (se possuem todos os bens e serviços mencionados no texto).

Nível "sócio-económico" ou de Conforto Baixo: se o agregado possui 0 a 3 artigos

Nível " sócio-económico " ou de Conforto Médio: se o agregado possui 4 à 7 artigos

Nível " sócio-económico " ou de Conforto Alto: se o agregado possui 8 à 11 artigos

Analisando a situação nos distritos, constata-se que o distrito de Água Grande, onde se situa a capital do país e que oferece melhores infra-estruturas, tem maior proporção de agregados com rádio (64%) e electricidade (64%), seguido de Mé-Zochi (com 50,8% e 47% respectivamente). Nos distritos de Lembá, Água Grande e Cantagalo estão as maiores proporções de agregados que utilizam água canalizada ou fontanário. A região do Príncipe é a que tem uma proporção mais baixa, com cerca de 44%. De realçar que no momento da recolha de dados estava em curso um projecto para adução de água à cidade de Santo António naquela região.

Relativamente à existência de casa de banho e ao sistema de esgotos, Cantagalo encontra-se em pior situação com apenas 7% e 6% respectivamente, apesar de mesmo no Água Grande que está em melhor situação não ultrapassar 25,4% e 27,8% respectivamente.

Apenas em Água Grande cerca de 30% dos agregados familiares possuem pelo menos três quartos para dormir, enquanto que no Príncipe são cerca de 12%, em Cantagalo e Lembá aproximadamente 13% e Caué apenas ultrapassa os 13%. Tendo em conta que em São Tomé e Príncipe abundam as famílias numerosas e alargadas, a situação atrás mencionada demonstra que várias pessoas dormem numa mesma unidade, o que é pouco aconselhável e higiénico, contribuindo mesmo para a transmissão de doenças.

Em São Tomé e Príncipe, cozinha-se sobretudo com lenha e carvão nas zonas rurais, daí que apenas cerca de 28% dos agregados em Caué, 29% em Cantagalo e pouco mais de 31% em Lembá utilizam gás, electricidade ou petróleo para cozinhar.

As casas santomenses típicas são feitas de madeira e cobertas com zinco, como já foi atrás mencionado. Mas as casas das ex-empresas agrícolas eram em alvenaria e cobertas de telha. Assim o distrito de Caué onde se encontram as empresas Ribeira Peixe, Porto Alegre, D. Augusta, entre outras, possui mais de 40% das casas com essas condições, seguido por Príncipe, Lobata e Lembá.

No concernente ao meio de residência urbano e rural, os agregados situados no meio urbano têm relativamente melhores condições dos que estão no meio rural, de acordo com os dados da tabela 3. Isto deve-se ao facto do meio urbano possuir maiores proporções de alojamentos com electricidade, rádio, televisão, água canalizada / fontanário, entre outras condições. Por outro lado, o meio rural tem maiores proporções de alojamento com paredes de alvenaria, piso em cimento, mosaico ou mármore e cobertura de telha, betão e lousalite. Isto encontra a sua explicação, como foi atrás mencionado, na existência das casas de trabalhadores das ex-empresas agrícolas que eram em alvenaria e cobertas na sua maioria de telha.

Tabela A.3. Posseção de bens e serviços por distritos e meio de residência

Posseção de bens e serviços	Distrito							Meio de residência		Total
	A.Grande	Me-Zochi	Cantagalo	Caue	Lemba	Lobata	Príncipe	Urbano	Rural	
Electricidade	63.9	47	28.2	27.1	30.5	35.2	38.4	58.1	35.4	47.6
Radio	64.2	50.8	41	31.9	34.9	38.7	54.1	59.3	42.7	51.6
Televisão	46.6	28.8	17.1	11.1	14.6	20.1	24.5	40.8	20.1	31.3
Água canalizada/Fontanário	85.9	54	80.5	48.8	96.2	77.4	43.9	86.9	58.8	73.9
Casa de banho/Retrete	25.4	11.8	7	12.4	15.4	9.4	15	21	11.4	16.6
Pelo menos três quartos para dormir	29.3	25.4	12.8	13.4	12.5	20.3	11.6	26.8	18.3	22.9
Gás, elect. ou petróleo para cozinhar	69.1	48.4	29.1	27.7	31.4	36.1	39.1	62	36.5	50.2
Paredes (alvenária, mista, pré-fabricada)	21.5	20.3	37.1	40.6	33	32.6	40.7	19.6	34.6	26.6
Tecto (telha, betão, lousalite)	12.2	10.1	35.2	43.9	24.8	29.8	36.6	12	27.9	19.4
Piso (cimento, mosaico/marmore)	28.3	22.1	39.4	43.8	42.9	40.3	53.6	25.7	39.7	32.2
Sist.de esgotos (rede pública, fossa séptica)	27.8	13.7	5.9	15.7	9.8	10.2	16.6	22.8	11.7	17.7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Número de agregados familiares	12642	8386	3416	1303	2682	3855	1605	18196	15693	33889

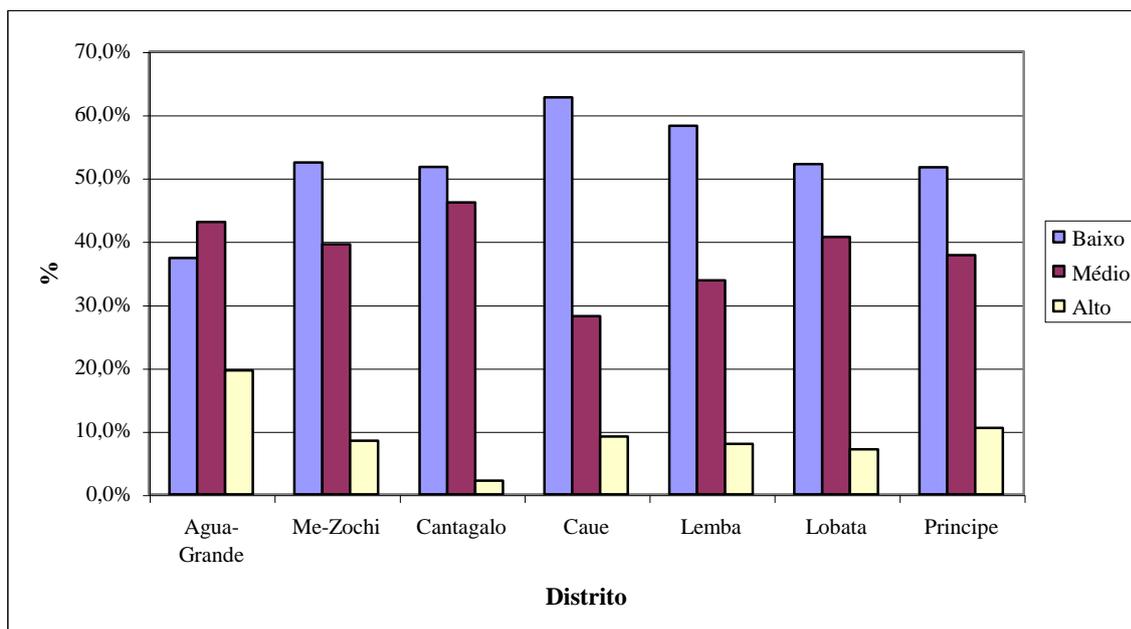
A.4.3. Nível do conforto dos agregados familiares

Quanto ao nível de conforto dos agregados familiares (gráfico A.4), o distrito de Caué é o que apresenta maior proporção de agregados com nível de conforto baixo (62,7%), seguido do distrito de Lembá (58,3%). De acordo com os resultados do estudo “Perfil da Pobreza em São Tomé e Príncipe”, o fenómeno da pobreza concentra-se em 1º lugar nos distritos de Lembá e Lobata com 70,6%, seguido dos distritos de Cantagalo e Caué com 65,1%; daí que os resultados do RGPH 2001, vêm uma vez mais confirmar esses resultados.

No que se refere ao nível alto, o distrito de Água Grande possui a maior proporção de agregados com esse nível de conforto (19,6%), o que não é de estranhar, considerando que a capital do país situa-se nesse distrito, seguido da região do Príncipe com 10,5%.

Quanto à distribuição por meio de residência, vê-se que a proporção de agregados familiares com nível de conforto baixo no meio rural é superior (53,8%) em relação ao meio urbano (47,8%). E este último apresenta também maior proporção de agregados com nível de conforto alto (16,1%), enquanto no meio rural essa proporção apenas atinge 6,4%. Segundo o estudo sobre o Perfil da Pobreza acima mencionado, existe uma grande desigualdade na distribuição das despesas de consumo médio/habitante que no meio rural é quase 1/3 inferior ao do meio urbano. Isto explica as diferenças constatadas entre o distrito de Água Grande, mais urbano, e os restantes distritos, que são mais rurais.

Gráfico A.4. Nível de conforto dos Agregados Familiares por distrito e meio de residência



B. O CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR

O Chefe do Agregado Familiar é a pessoa que para além de exercer autoridade é geralmente o principal responsável pelas decisões de carácter económico e orçamental no agregado familiar. Nesse sentido, o seu perfil e o seu estatuto determinam geralmente as principais características do agregado familiar.

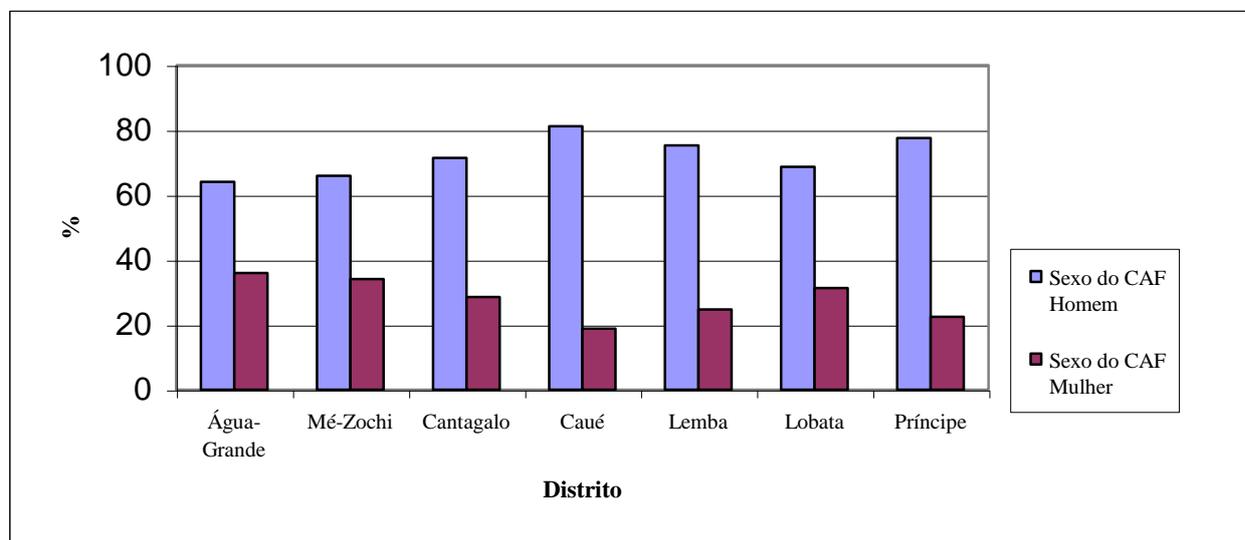
B.1. Perfil do chefe do agregado familiar

B.1.1. Repartição dos /as chefes de agregado familiar por distritos e meio de residência

Uma breve análise do gráfico B.1, permite constatar que a proporção de homens chefes de agregado familiar é muito superior (68%) em relação à proporção de mulheres (32%) na mesma situação.

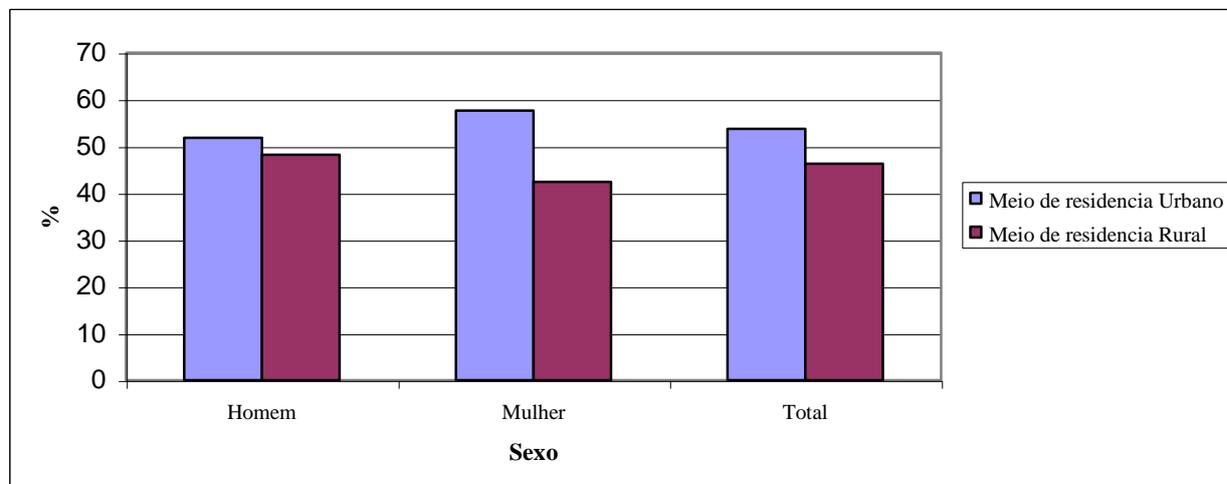
Relativamente à situação nos distritos, verifica-se que o distrito de Água Grande é o que tem menor percentagem de homens chefes de agregado e consequentemente maior percentagem de mulheres nesta situação com valores superiores à média nacional (35,2%). Os distritos de Mé-Zochi e Lobata, que estão mais próximos de Água Grande, também apresentam percentagens inferiores à 70% para os chefes dos agregados do sexo masculino. Entretanto, as diferenças são mais significativas no distrito de Caué, onde a percentagem dos chefes dos agregados masculinos ultrapassa os 81%. Uma das explicações para esta situação pode estar relacionada com o facto de os meios rurais serem mais conservadores, a coesão familiar tende a ser mais forte e assim os homens assumem efectivamente a chefia da família.

Gráfico B.1. Repartição (em %) dos chefes de agregado familiares (CAF) por sexo e distritos



No que se refere ao meio de residência urbano e rural constata-se que existe uma maior proporção de chefes dos agregados no meio urbano (53,7%) em relação ao meio rural (46,3%) em todo o País, o que pode ser devido a emigração dos chefes para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida. Relativamente à repartição por sexo, a proporção de mulheres chefes dos agregados no meio urbano é superior à proporção de homens da mesma posição nesse meio, ou seja 57,6% para 51,8%; no meio rural a relação é inversa (gráfico B.2).

Gráfico B.2. Repartição (em %) dos chefes de agregado familiares por sexo e meio de residência



B.1.2. Idade dos chefes de Agregado Familiar

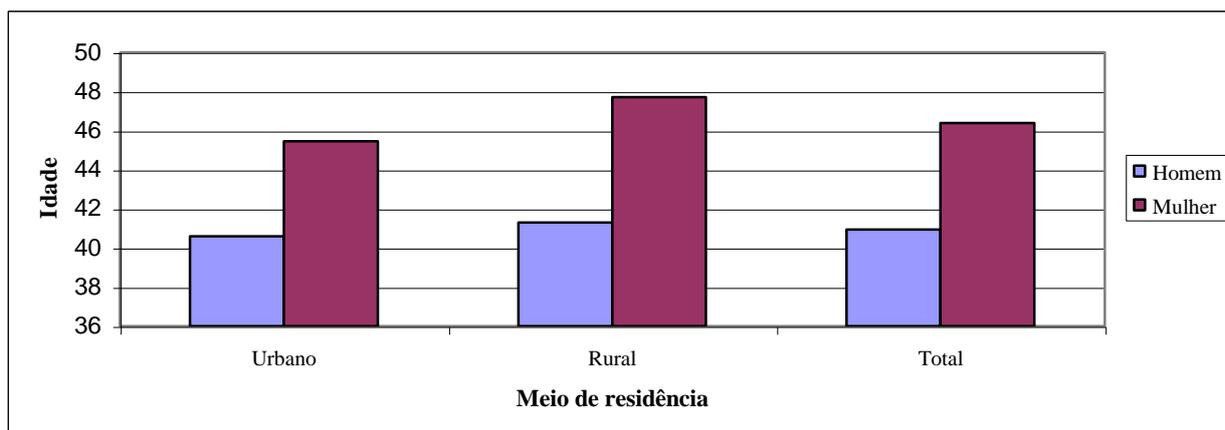
Analisando a idade dos chefes dos agregados familiares (tabela B.1), constata-se que a classe modal para os chefes dos agregados do sexo feminino se encontra no grupo etário dos 35 aos 44 anos e para o sexo masculino no dos 25 aos 34 anos. No que se refere às diferenças entre os meios de residência urbano e rural, não se verificam desvios significativos em relação à média nacional. No entanto, deve-se destacar que apesar de ser uma proporção muito pequena, no meio rural existem chefes de agregados do sexo feminino no grupo etário dos 10-14 anos, o que pode ser um indício de que no meio rural as mulheres assumem mais cedo as responsabilidades familiares, em detrimento da prossecução dos estudos, condição indispensável para melhores oportunidades de vida no futuro.

Tabela B.1. Repartição dos CAF por sexo e idade, segundo o meio de residência

Faixa etária	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
10-14	0,1	—	0,1	0,1	0,1	—
15-24	13,1	9,0	14,4	7,0	13,7	8,1
25-34	30,1	20,5	29,2	19,0	29,7	19,8
35-44	23,3	23,9	20,4	21,6	21,9	22,9
45-54	14,3	16,6	12,6	15,8	13,5	16,3
55-64	9,1	13,6	11,3	15,7	10,1	14,5
65 e mais	10,0	16,4	12,0	20,9	11,0	18,3
N. D.	—	—	—	—	—	—
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Se se fizer uma análise da idade média dos chefes dos agregados familiares, vê-se que em geral os chefes dos agregados do sexo feminino têm uma idade média superior à dos chefes de sexo masculino, ou seja, 46 anos para 42 anos, o que significa que as mulheres só começam a ser chefes muito mais “tarde” do que os homens. Esta tendência é verificada tanto no meio urbano como no rural, como se pode verificar no gráfico B.3 e, pode ser devida a vários factores como separação, morte ou emigração do parceiro.

Gráfico B.3. Idade média dos CAF por sexo e meio de residência



B.1.3. Estado civil dos Chefes de Agregado Familiar

Quanto a repartição dos chefes dos agregados familiares por sexo e estado civil (tabela B.2), vê-se que ao nível nacional a maioria dos chefes dos agregados se encontra em união de facto (53,7%) ou são solteiros (33,3%). Na repartição por sexo, constata-se que os homens estão maioritariamente em união de facto (67%), enquanto as mulheres chefes dos agregados declararam-se solteiras (57%), pois se tivessem companheiro, não seriam chefes dos agregados. Esta tendência permanece para os meios de residência urbano e rural, apesar de haver uma proporção maior de solteiros no meio rural (25,3%) do que no urbano (19,3%). No entanto, para o casamento ou união formal, a tendência é inversa.

Tabela B.2. Repartição (em %) dos CAF por sexo e estado civil, segundo o meio de residência

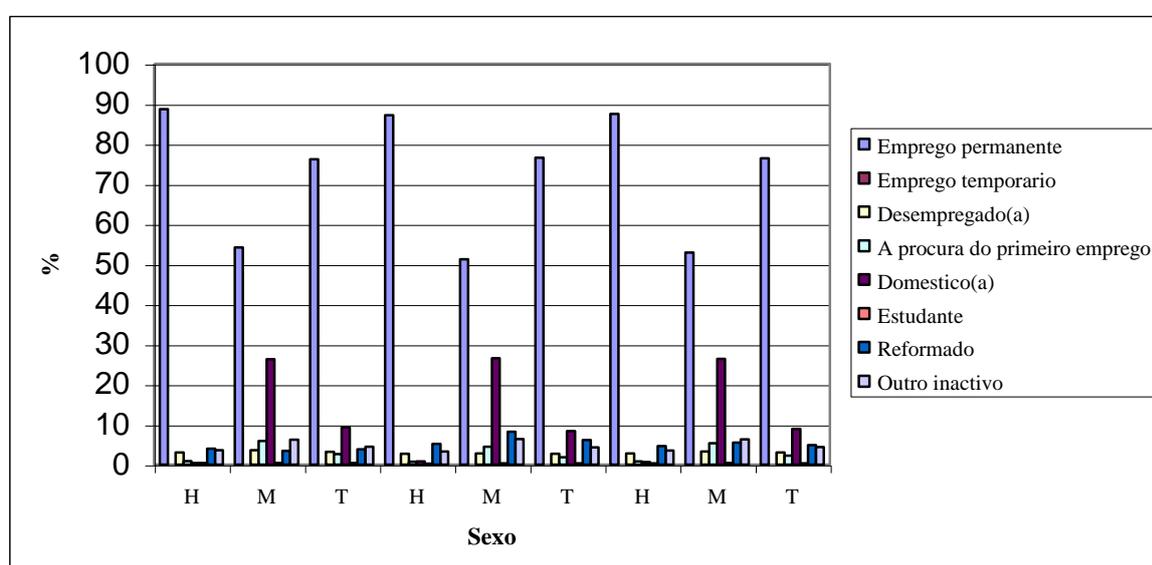
Meio de residência	Estado civil	Homens	Mulheres	Total
Urbano	Solteiro(a)	19,3	56,4	32,1
	Casado(a)	12,3	3,8	9,4
	União de facto	66,5	26,3	52,7
	Divorciado(a)	0,2	0,6	0,3
	Separado(a)	1,1	7,9	3,4
	Viuvo(a)	0,6	4,9	2,1
	Total		100,0	100,0
Rural	Solteiro(a)	25,3	57,7	34,8
	Casado (a)	5,0	1,6	4,0
	União de facto	67,2	25,3	54,9
	Divorciado(a)		0,4	0,1
	Separado(a)	1,8	10,0	4,2
	Viuvo(a)	0,7	5,0	2,0
	Total		100,0	100,0
Total	Solteiro(a)	22,2	57,0	33,3
	Casado(a)	8,8	2,8	6,9
	União de facto	66,9	25,9	53,7
	Divorciado(a)	0,1	0,5	0,2
	Separado(a)	1,4	8,8	3,8
	Viuvo(a)	0,7	5,0	2,0
	Total		100,0	100,0

B.1.4. ESTATUTO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

A maioria dos chefes dos agregado familiares têm um emprego permanente, numa proporção global de 76,4%, estando os homens numa proporção mais alta (87,5%) do que as mulheres (53%). De destacar o facto atípico de não se ter apurado chefes de agregados, em situações de emprego temporário, o que é muito frequente em São Tomé e Príncipe. Este facto pode ser devido a omissões ou falsas declarações no momento censitário.

Comparando os meios de residência urbano e rural, verifica-se que não existem variações significativas entre os mesmos e entre estes e a média nacional. Deve-se destacar, no entanto, que entre os sexos, a proporção de chefes de agregados domésticas tanto no meio urbano como no rural é muito significativa, ultrapassando os 26%, o que confirma que as famílias chefiadas por mulheres são as mais pobres entre os pobres.

Gráfico B4 . Estatuto de actividade dos chefes de agregado familiar



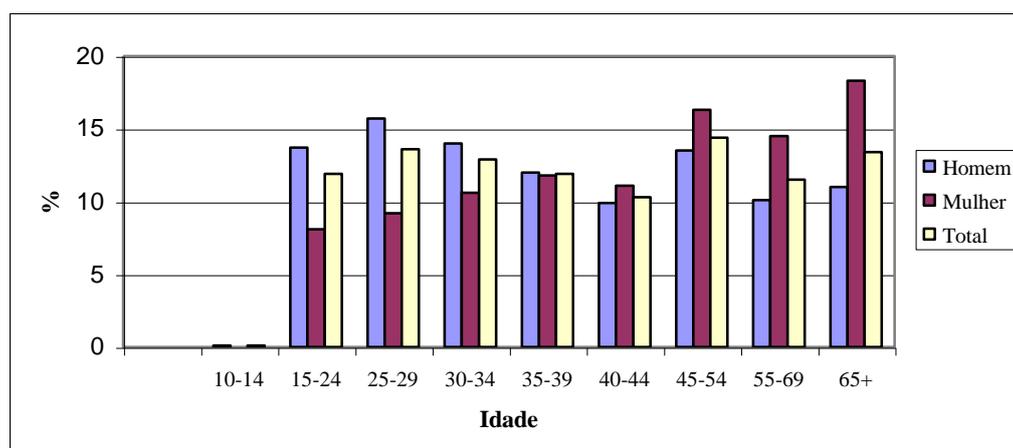
B.2. Proporção ou taxa de chefe de agregado familiar⁵

B.2.1. Proporção de Chefes de Agregado Familiar por grupos etários e estado civil

Uma breve análise ao gráfico B.5 permite constatar que a maior proporção dos chefes dos agregados, tanto no meio urbano como no rural, situa-se no grupo etário dos 25-34 anos para os homens e dos 35-44 anos para as mulheres, diminuindo-se depois progressivamente à medida que avança a idade. Vê-se assim, que as mulheres tendem a ser chefes de agregados mais tardiamente, como já foi atrás mencionado. A menor prevalência de chefes de agregados, situa-se no grupo etário dos 10-14 anos, com apenas 0,1%, o que é obvio, já que se trata ainda de crianças.

⁵ A proporção ou taxa dos chefes dos agregados familiares, numa dada sub-população é a proporção de chefes de agregados familiares no total dos membros dos agregados. Este indicador mede a prevalência do estatuto dos CAF e pode ser comparado ao risco ou probabilidade de se tornar chefe do agregado. Permite deste modo uma primeira abordagem dos aspectos determinantes para o estatuto do CAF.

Gráfico B.5. Taxa de CAF por sexo e grupos etários



B.2.2. Variação da taxa de chefe de Agregado com o estado civil e os grupos etários

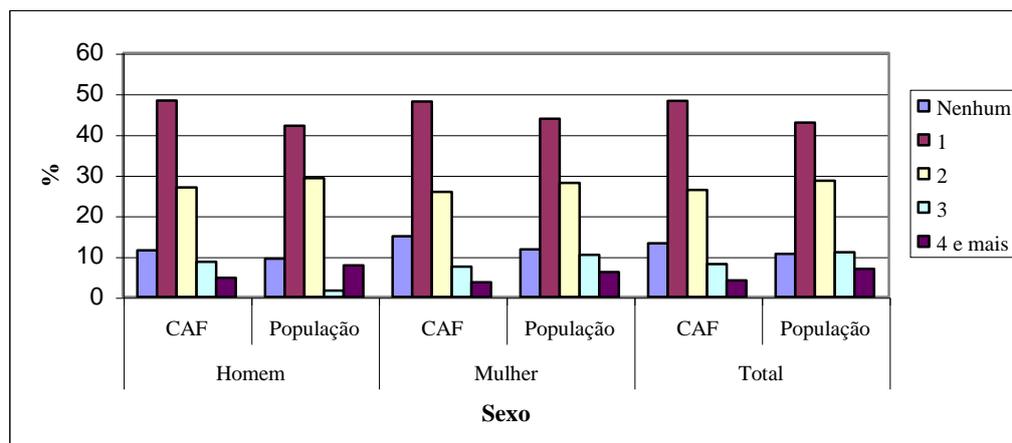
Os dados obtidos no RGPH 2001, permitem verificar que a taxa dos chefes dos agregados varia com o estado civil e com os grupos etários (Anexo B10). Assim, a maior taxa dos chefes dos agregados familiares corresponde a viúvos e viúvas com idades superiores a 65 anos, ou seja, 60,4% e 54% respectivamente, e separados da mesma idade com 27,4%. Para os homens divorciados a maior prevalência é no grupo dos 45-54 anos com 40,7% e para os solteiros, dos 15-24 anos com 24,4%. No que se refere às mulheres, as taxas vão aumentando progressivamente com a idade, exceptuando as casadas, divorciadas, separadas e em união, das quais as maiores taxas situam-se no grupo etário dos 45-54 anos.

B.3. Sexo do chefe de agregado e algumas características sócio-económicas do agregado familiar

B.3.1. Número de activos no Agregado Familiar

Como se pode observar no gráfico B.6, a proporção dos agregados chefiados por homens sem activos é inferior à dos agregados que têm uma mulher como chefe. No entanto, para ambos sexos, a maior proporção tanto dos agregados como da população tem apenas um activo. Assim, à medida que aumenta o número de activos nos agregados, diminui a proporção dos agregados e da população total dos mesmos. Esta situação é comum aos dois sexos, não havendo diferenças muito significativas entre os agregados que têm um homem como chefe. Contudo, para a situação de 3 activos nos agregados a proporção da população total dos agregados chefiados por mulher é muito superior (10,4%) em relação aos chefiados por homens (1,6%).

Gráfico B.6. Número de activos remunerados no AF e na população dos AF



B.3.2. Estatuto de actividade dos membros do Agregado Familiar

No que se refere ao estatuto de actividade dos membros do agregado familiar, constata-se, observando a tabela B.3, que tanto os agregados chefiados por homens como os chefiados por mulheres, têm relativamente uma maior proporção de activos remunerados no meio urbano do que no meio rural, o que é óbvio, tendo em conta que o meio urbano oferece melhores oportunidades de emprego. Porém, a proporção de activos remunerados nos agregados chefiados por homens é maior, nos dois meios de residência. Para os sem trabalho a proporção é inversa, ou seja, ambos sexos estão em maioria no meio rural pelas razões acima mencionadas.

Analisando os inactivos, vê-se que nos agregados chefiados por homens a proporção de inactivos é menor que nos agregados que têm uma mulher como chefe. Esta tendência é comum aos meios de residência urbano e rural, comprovando uma vez mais que as mulheres chefes dos agregados enfrentam maiores dificuldades, tendo aos seus ombros maior número de dependentes. De realçar que nos agregados chefiados por mulheres, a proporção de estudantes é muito maior que naqueles chefiados por homens. Esta situação é verificada tanto no meio urbano como no rural, o que pode ser um indício de que as mulheres preocupam-se mais com a educação das pessoas (crianças e adolescentes) que estão sob a sua responsabilidade, do que os homens e incentivam-nas a permanecerem na escola para a prossecução dos estudos.

Tabela B.3. Estatuto de actividade dos membros do AF segundo o meio de residência e o sexo do CAF

Estatuto de actividade	Meio urbano		Meio rural		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Activos	34,8	26,5	33,9	25,6	34,4	26,1
- Remunerados	33,6	25,4	32,3	23,9	33,0	24,7
- SEM TRABALHO/SEM REMUNERAÇÃO	1,2	1,1	1,6	1,7	1,4	1,4
Inactivos	65,2	73,5	66,1	74,4	65,6	73,9
- Domesticas	13,6	13,5	15,0	13,9	14,3	13,6
- Estudantes	15,3	21,2	11,3	17,1	13,4	19,4
- Crianças de menos de 10 anos	1,3	1,2	1,7	2,3	1,5	1,7
- Outros inactivos	35,0	37,8	38,0	41,1	36,4	39,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

C. TIPOLOGIA E ESTRUTURA DAS FAMILIAS DOS AGREGADOS FAMILIARES

Se o conceito de Agregado Familiar não é o mesmo que Família, não é menos certo que em geral agrupa pessoas que têm entre si laços de aliança ou de consanguinidade. Assim neste capítulo serão examinados os laços de parentesco no agregado familiar em relação ao chefe de agregado familiar ou seu/sua cônjuge.

C.1. Relações de parentesco

C.1.1. Distrito e meio de residência

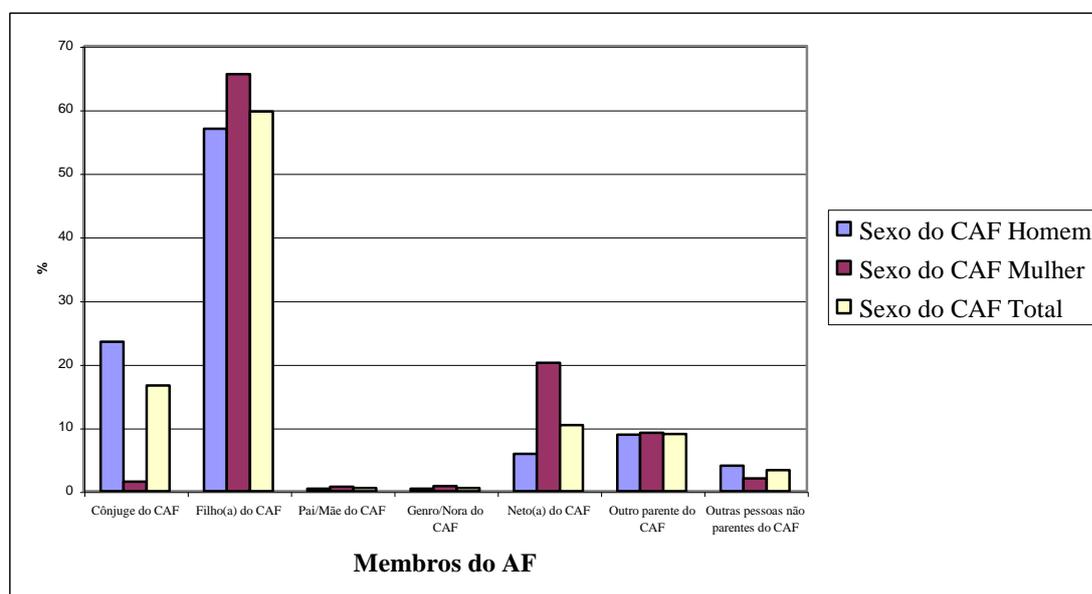
Na distribuição dos chefes dos agregados familiares existe um certo equilíbrio ao nível dos distritos (anexo C12) tendo o meio urbano no distrito de Lembá a maior proporção (20,8%) e no de Caué a menor proporção (18,0%). Quanto ao Meio Rural tem-se o Príncipe com a maior proporção (20,7%) e o distrito de Me-Zochi com a menor proporção (19,6%).

Os filhos dos chefes dos agregados familiares são os que estão em maior proporção, independentemente dos distritos e dos meios de residência. De forma geral constata-se que não existe diferenciação na proporção dos laços de parentesco entre os membros do agregado familiar, independentemente do distrito e do meio de residência urbano e rural.

C.1.2. Sexo do chefe do agregado familiar

Relativamente à relação de parentesco em relação ao sexo do chefe do agregado familiar, observa-se que as tendências são as mesmas para os distritos e para os meios de residência urbano e rural, ou seja, os filhos constituem a maior proporção (59,7%) seguido do cônjuge (16,6%) e dos Netos(as) cônjuge do chefe de agregado familiar (12,5%). Constata-se também, que nos agregados chefiados por homens a proporção de cônjuges é maior do que nos agregados chefiados por mulher, ou seja 23,5% para 1,5%, o que é obvio, tendo em conta as características culturais santomenses: num agregado quando existe a figura do cônjuge é ele sempre o chefe. Por outro lado, nos agregados chefiados por mulher a proporção de netos/as é maior (20,2% para 5,9%).

Gráfico C.1. Repartição (em %) dos membros do AF segundo a relação de parentesco e o sexo do CAF



C.2. Tipo de família

C.2.1. Tipos de família por distritos

As *famílias parentais* constituídas pelo chefe do agregado, seu/sua cônjuge e seus filhos e eventualmente outras pessoas (com ou sem laços de parentesco com o chefe do agregado) são as mais frequentes ao nível nacional com 42% dos agregados familiares, enquanto as *conjugais* (constituídas pelo chefe de agregado, seu/sua cônjuge e eventualmente outras pessoas com ou sem laços de parentesco, mas sem incluir filhos) são as que menos predominam ao nível nacional numa proporção de 8,7% (tabela C1).

Ao nível dos distritos, a tendência é a mesma que ao nível nacional, com algumas variações, principalmente para o Príncipe, onde os agregados *não familiares* (constituídos por um chefe de agregado e eventualmente outras pessoas que podem ou não ter laços de parentesco, exceptuando o/a cônjuge e os filhos) e *conjugais* ultrapassam a média nacional, enquanto os *mono-parentais* (inclui o chefe do agregado e eventualmente outras pessoas com ou sem laços de parentesco mas sem incluir o /a cônjuge do chefe de agregado) estão numa proporção inferior à média.

Tabela C.1. Repartição (em %) dos agregados familiares por tipo de família, segundo a Região e o distrito

Distrito	Tipo familiar do CAF				
	Não familiar	Conjugal	Mono-parental	Parental	Total
Água-Grande	22,4	8,7	28,4	40,5	100,0
Mé-Zochi	24,3	8,4	26,0	41,2	100,0
Cantagalo	25,4	8,2	22,0	44,3	100,0
Caué	23,2	8,3	15,6	52,9	100,0
Lemba	22,1	8,4	20,6	48,8	100,0
Lobata	26,3	8,5	26,3	38,9	100,0
Príncipe	28,9	11,6	18,8	40,7	100,0
Total	23,9	8,7	25,4	42,0	100,0

C.2.2. Meio de residência e sexo do chefe do agregado familiar

Comparando os tipos de família nos agregados chefiados por homens e por mulheres, verifica-se que existem diferenças entre os mesmos, como se pode observar na tabela C.2. Neste sentido, os homens chefiam predominantemente famílias parentais numa proporção total de 60%, enquanto as mulheres chefiam sobretudo famílias mono-parentais com cerca de 70%. De salientar que as tendências são as mesmas tanto para o meio urbano como para o rural.

Tabela C.2. Repartição (em %) dos agregados familiares por tipo de família, segundo o meio de residência e o sexo do CAF

Tipo familiar do AF	Meio urbano		Meio rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Não familiar	20,3	25,8	25,3	27,5	22,7	26,5
Conjugal	12,6	0,7	12,3	0,7	12,4	0,7
Mono-parental	4,6	69,6	5,0	68,4	4,8	69,1
Parental	62,5	3,9	57,5	3,4	60,1	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

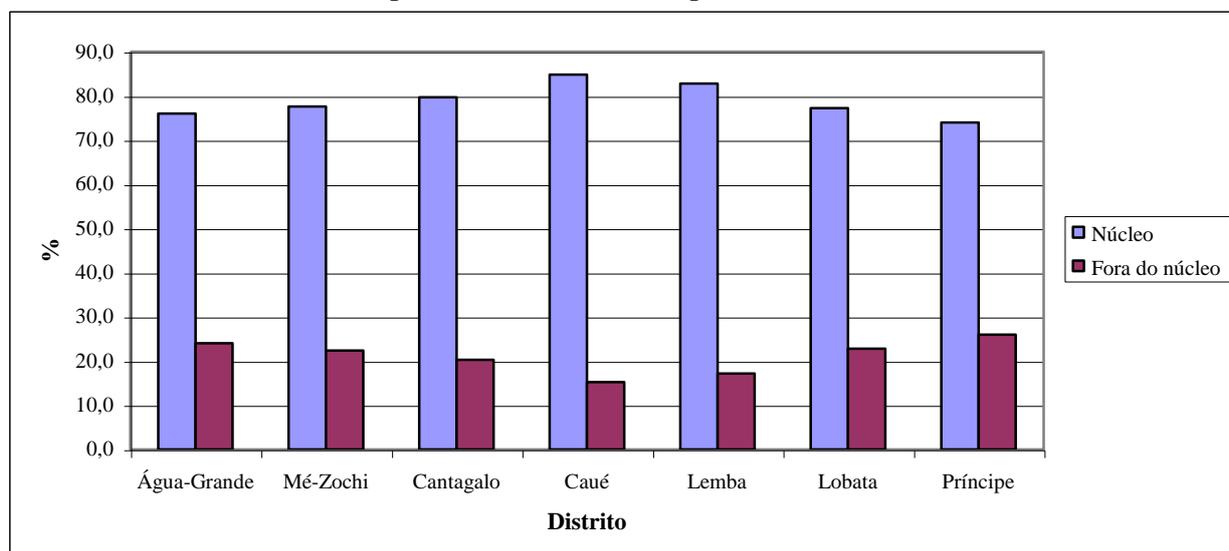
C.3. Proporção de membros “Fora do Núcleo”

Os membros do agregado familiar “fora do núcleo” são essencialmente constituídos por parentes não ascendentes e os ascendentes (pai/mãe do chefe do agregado e o seu/sua cônjuge). Assim, neste sub-capítulo vai-se estudar a importância da presença dos membros fora do núcleo e avaliar o grau de extensão dos agregados às pessoas exteriores ao mesmo.

C.3.1. Distribuição dos membros “fora do núcleo” por distrito

De forma geral, as pessoas estranhas ao núcleo familiar, denominadas neste estudo “fora de núcleo” não são muito abundantes nas famílias santomenses. Assim, ao nível nacional representam pouco mais de 22%. Ao nível dos distritos, a tendência é a mesma. No distrito de Caué, as pessoas “Fora do núcleo”, representam apenas 15%, enquanto no Príncipe e Água Grande atingem 26% e 24% respectivamente (gráfico C.2). Isto pode ser devido a vários factores, entre os quais a imigração do interior para a capital e de uma ilha para outra.

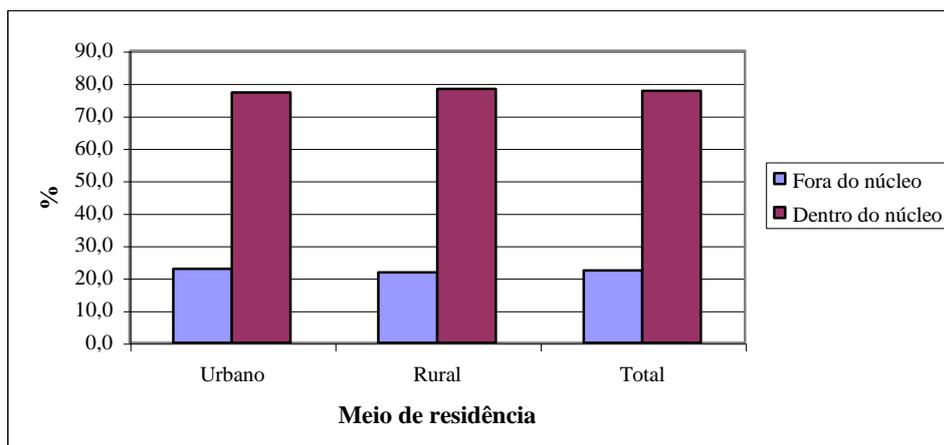
Gráfico C.2. Acolhimento de pessoas fora do núcleo por distritos



C.3.2. Meio de residência

Relativamente ao acolhimento de pessoas “fora do núcleo”(Gráfico C.3), por meio de residência urbano e rural, a proporção é ligeiramente maior no meio urbano (22,8%) que no rural (21,7%), o que é compreensível, devido a necessidade de as pessoas se instalarem nos centros urbanos para prossecução de estudos, procurarem melhores oportunidades de emprego, entre outras.

Gráfico C.3. Acolhimento de pessoas “fora do núcleo” por meio de residência

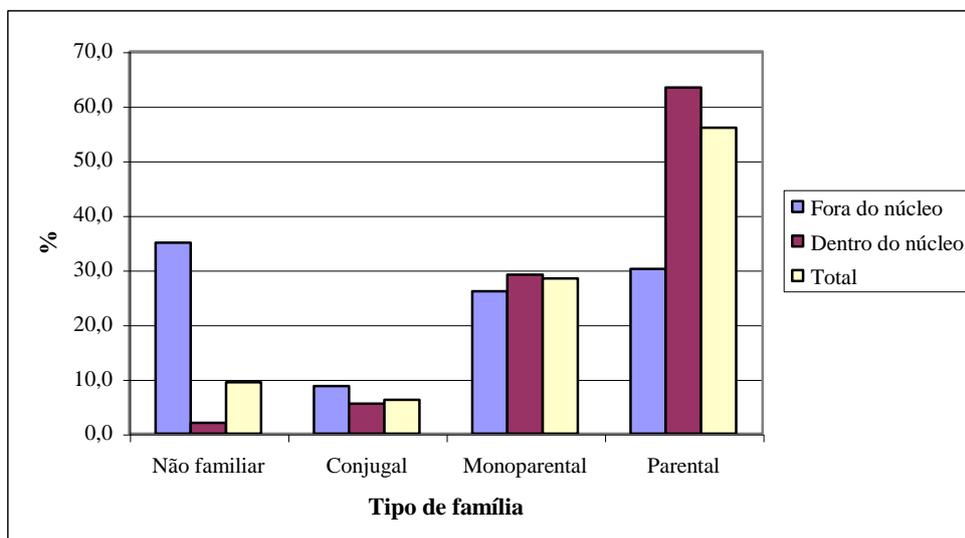


C.3.3. Características do agregado familiar

C.3.3.1. Tipo de família

Relativamente ao acolhimento de pessoas “fora do núcleo” a proporção é maior para os agregados não familiares (35%) seguido dos parentais (30,2%). De realçar que os agregados parentais acolhem a maior proporção de pessoas dentro do núcleo (63,4%) e os não familiares, de acordo com a própria designação, apenas albergam 2% das pessoas dentro do núcleo.

Gráfico C.4. Acolhimento de pessoas fora do núcleo por tipo de família



C.3.3.2. Número de activos remunerados do agregado familiar

Em relação aos activos remunerados, constata-se que os agregados com pessoas dentro do núcleo estão em maior proporção em relação aos agregados com pessoas fora do núcleo (78% para 22%), sobretudo os que têm 1 e 2 activos (tabela C.3).

Tabela C.3. Acolhimento de pessoas “Fora do núcleo” nos AF segundo o número de activos remunerados .

Número de activos remunerados no AF	Pertença ao núcleo		
	Fora do núcleo	Dentro do núcleo	Total
Nenhum	32,3	67,7	100,0
1	19,4	80,6	100,0
2	19,5	80,5	100,0
3	27,9	72,1	100,0
4 e mais	31,0	69,0	100,0
Total	22,3	77,7	100,0

C.3.4. Características do chefe do agregado familiar

C.3.4.1. Idade e sexo dos chefes de agregado familiar

De forma geral, os agregados chefiados por homem têm uma menor proporção de pessoas “fora do núcleo” em todos os grupos etários, principalmente no dos 25 a 54 anos de idade. Por seu lado, nos agregados chefiados por mulheres, os membros “fora do núcleo” são predominantes no grupo etário dos 10-14 anos (80%). Apesar de serem chefes do agregado, devido à sua idade, coabitam em agregados onde a presença de outras pessoas é muito grande. Depois diminui para começar a aumentar a partir dos 45 anos de idade de acordo com os dados da tabela C.4. Não é de estranhar, tendo em conta que, a partir dessa idade as mulheres começam a ser avós, por um lado, e também recebem crianças de outrem para educar ou simplesmente para lhes fazer companhia (as chamadas “mina quiá”), por outro lado.

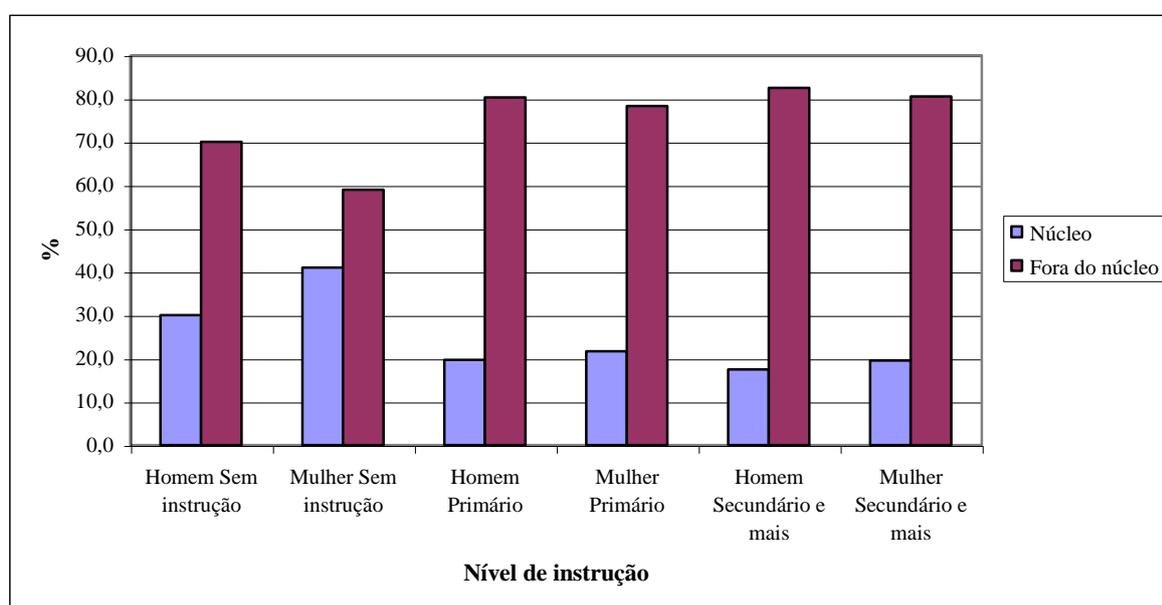
Tabela C.4. Acolhimento de pessoas “Fora do núcleo ” nos AF segundo a idade e o sexo do CAF.

Sexo do CAF	Idade	Fora do núcleo	Dentro do núcleo	Total
Homens	10-14	36,0	64,0	100,0
	15-24	25,1	74,9	100,0
	25-34	14,3	85,7	100,0
	35-44	13,3	86,7	100,0
	45-54	17,4	82,6	100,0
	55-64	28,8	71,2	100,0
	65+	41,9	58,1	100,0
	Total	19,5	80,5	100,0
Mulheres	10-14	80,0	20,0	100,0
	15-24	26,3	73,7	100,0
	25-34	12,3	87,7	100,0
	35-44	11,6	88,4	100,0
	45-54	25,4	74,6	100,0
	55-64	47,9	52,1	100,0
	65+	65,7	34,3	100,0
	Total	28,3	71,7	100,0
Total	10-14	41,2	58,8	100,0
	15-24	25,4	74,6	100,0
	25-34	13,8	86,2	100,0
	35-44	12,8	87,2	100,0
	45-54	20,1	79,9	100,0
	55-64	36,1	63,9	100,0
	65+	52,1	47,9	100,0
	Total	22,3	77,7	100,0

C.3.4.2. Nível de instrução do Chefe de Agregado Familiar

Estabelecendo a relação entre o nível de instrução do chefe do agregado e a proporção dos membros “fora do núcleo”, constata-se que existe uma relação inversa, ou seja, ao maior nível de instrução do/a chefe, menor proporção de membros “fora do núcleo” (gráfico C.5). Assim, para os/as sem instrução, há 30% de chefes do sexo masculino e 41% do sexo feminino, enquanto para o nível secundário e mais a percentagem de chefes masculinos é de 17,5% e de chefes femininos de 19,5%. Constata-se também, que os agregados chefiados por mulheres, independentemente do nível de instrução albergam uma maior percentagem de membros fora do núcleo, o que não é de estranhar, tendo em conta que as mulheres por razões sócio-culturais tendem a ser mais receptivas.

Gráfico C.5. Acolhimento de pessoas fora do núcleo segundo o nível de instrução do CAF



C.3.4.3. Estado civil

A maior proporção de pessoas “fora do núcleo” observada está nos agregados familiares em que os/as chefes são viúvos/as (50,8%), seguido dos agregados em que os/as chefes são divorciados/as (43,3%) e solteiros/as (41,3%), ou seja, as pessoas nessas situações dificilmente permanecem sozinhas ou isoladas de outras..

Relativamente aos meios de residência urbano e rural verificam-se as mesmas tendências, não havendo variações significativas em relação à média nacional, apresentando, no entanto, o meio rural valores ligeiramente inferiores para as categorias de divorciados/as, separados/as e viúvos/as, conforme se pode ver no anexo C18.

D. TAMANHO DOS AGREGADOS FAMILIARES

Neste capítulo estudar-se-á o tamanho do agregado familiar expresso em número de pessoas que nele habitam. Este tamanho será analisado, por um lado, segundo as características geográficas e, por outro, segundo as características dos agregados familiares e dos chefes do agregado familiar.

D.1. Tamanho total dos agregados familiares

D.1.1. Distrito e meio de residência

Ao analisar-se a tabela D.1, acerca do tamanho dos agregados familiares, constata-se que os agregados familiares que têm de 1 a 5 pessoas constituem a maior proporção ao nível nacional, sendo a mediana do número de membros de 4,3 pessoas e a média de 4,1.

Nos distritos, a tendência é a mesma. Agregados com apenas 1 membro são predominantes em Cantagalo, Caué e Lobata, enquanto que em Água Grande que é onde se situa a capital do país, os agregados com 3 membros estão numa proporção maior com 17,3%. Tanto a média como a mediana são mais altas em Caué com 4,3% e 4,5% respectivamente.

No referente aos meios de residência urbano e rural, à excepção de agregados com uma só pessoa que estão numa maior proporção no meio rural (20%), os que têm de 2 a 6 pessoas estão numa proporção maior no meio urbano. Isto pode, entre outros factores, ser devido ao êxodo rural para os meios urbanos, o que faz aumentar o tamanho dos respectivos agregados, neste meio e fazer também com que as pessoas, sobretudo as da 3ª idade vivam sozinhas no meio rural enfrentando dificuldades enormes.

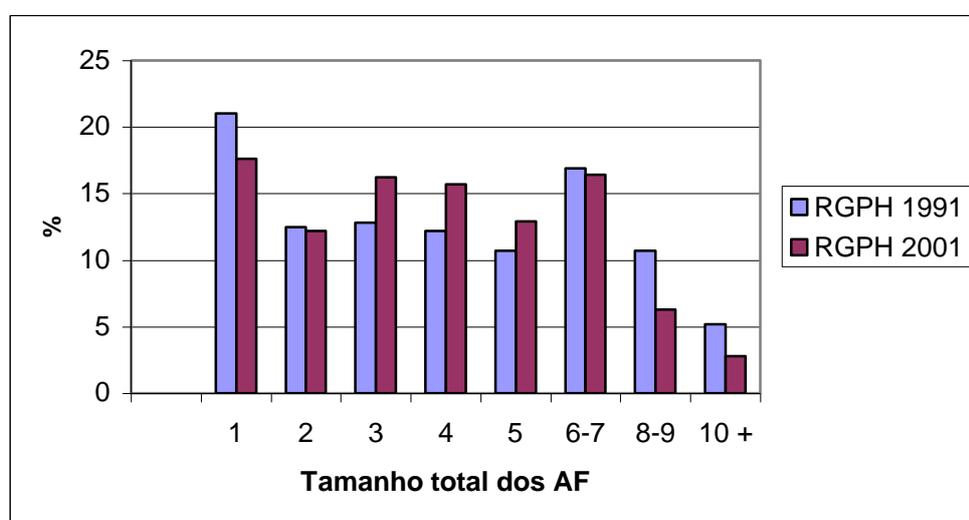
Tabela D.1. Tamanho total dos Agregados Familiares por distrito e meio de residência

Número de membros no AF	Distrito							Meio de residência		Total
	A.Grande	Me-Zochi	Cantagalo	Caue	Lemba	Lobata	Príncipe	Urbano	Rural	
1.0	15.5	18.2	19.7	19.2	17.1	19.0	23.3	15.6	20.0	17.6
2.0	12.5	11.5	11.9	11.0	12.0	12.7	13.3	12.3	12.0	12.2
3.0	17.3	15.1	16.6	12.9	16.8	15.6	14.9	17.0	15.3	16.2
4.0	16.4	14.8	15.4	13.8	16.2	15.5	15.5	16.1	15.2	15.7
5.0	13.4	12.8	13.3	11.9	12.6	12.6	11.7	13.4	12.4	12.9
6.0	9.7	9.9	9.6	11.4	10.1	10.2	7.6	10.1	9.5	9.8
7.0	6.5	7.0	6.4	7.9	7.1	6.3	5.7	6.8	6.5	6.6
8.0	3.8	4.7	3.3	5.0	4.0	4.1	4.3	3.9	4.3	4.1
9.0	2.0	2.6	1.7	3.1	1.9	2.1	2.3	2.0	2.4	2.2
10.0	1.1	1.6	1.2	1.9	1.1	0.8	0.7	1.1	1.3	1.2
11-14	1.5	1.7	0.9	1.5	1.0	1.0	0.7	1.5	1.2	1.4
15-19	0,2	0.1	0.1	0.4	0.1	0.1	0,1	0,2	0,1	0,2
20 e mais					0.1					
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Mediana	4,3	4.4	4.1	4.5	4.3	4.2	3,9	4,3	4,2	4,3
Média	4,1	4.2	3.9	4.3	4.0	3.9	3,7	4,1	4,0	4,1

D.1.2. Evolução do tamanho dos agregados familiares de 1991 a 2001

Entre 1991 e 2001, o número de agregados cresceu de 27.449 a 33.659 e houve algumas modificações no que concerne ao tamanho dos mesmos. Neste âmbito, os agregados com um membro passaram de 21% para 17,6%, à diferença dos que têm 3, 4 e 5 membros que aumentaram 3 a 2 pontos respectivamente (gráfico D.1). Verificou-se também uma diminuição nos agregados extensos com 10 ou mais membros, que passaram de 5,2% a 2,8%, o que é um sinal nítido que estão a decorrer alterações significativas na família santomense. Portanto, nota-se uma tendência para haver um maior número de famílias constituídas (conjugais ou parentais) e também uma diminuição de famílias numerosas. No entanto, trata-se apenas de tendências que estudos específicos poderão comprovar.

Gráfico D.1. Distribuição percentual dos Agregados Familiares segundo o tamanho total dos AF em 1991 e 2001



D.2. Tamanho médio dos agregados familiares(AF) segundo algumas características dos AF

O tamanho médio dos agregados familiares santomenses era de 4,1 pessoas em 2001, ligeiramente inferior ao de 1991 que era de 4,3 pessoas. Tal como a taxa de crescimento demográfico vem diminuindo ao longo dos anos, assim também o tamanho da família vem diminuindo, o que significa que a população santomense está em plena transição demográfica.

Analisando a situação por distritos (tabela D.2), verifica-se que as diferenças não são muito significativas entre os mesmos, apresentando o Príncipe um valor inferior aos outros distritos, o que pode ser devido a emigração para São Tomé para prossecução dos estudos, trabalho, etc.

Tabela D2 – Tamanho médio dos Agregados Familiares segundo o distrito de residência

Distrito	Tamanho médio
	2001
Água-Grande	4.1
Mé-Zochi	4.2
Cantagalo	3.9
Caué	4.3
Lemba	4.0
Lobata	3.9
Príncipe	3.7
Total	4.1

No que se refere ao meio de residência urbano e rural, como se pode observar na tabela D.3, os agregados do meio rural têm relativamente uma dimensão menor que os do meio urbano, excepto no do distrito de Mé-Zochi, onde a dimensão é a mesma. Tendo em conta as difíceis condições do meio rural, é possível que as pessoas, sobretudo as mais jovens se sintam atraídas para os centros urbanos, à procura de melhores oportunidades de vida

Tabela D.3. Tamanho médio dos Agregados Familiares segundo os distritos e o meio de residência

Meio de residência	Tamanho médio
Água Grande	
Urbano	4,1
Rural	-
Me-Zochi	4,2
Urbano	4,2
Rural	4,2
Cantagalo	3,9
Urbano	4,0
Rural	3,8
Caue	4,3
Urbano	4,9
Rural	4,0
Lemba	4,0
Urbano	4,2
Rural	3,9
Lobata	3,9
Urbano	4,2
Rural	3,9
Príncipe	3,7
Urbano	4,0
Rural	3,7
Total	4,1
Urbano	4,1
Rural	4,0

D.2.1. Número de activos no agregado familiar

De forma geral, os agregados que não têm activos salarizados têm em média mais de 3 membros, sendo no Príncipe 3,3 elementos e em Caué 4 membros (tabela D.4). Constata-se também que ao maior número de activos salarizados corresponde o maior número de pessoas no agregado, o que leva a crer que a taxa de dependência não é muito alta, por um lado e que muito cedo as/os

adolescentes e jovens começam a trabalhar para suprirem a suas próprias necessidades e apoiar a família, por outro lado. Constata-se também, observando a tabela, que o tamanho dos agregados não varia entre os meios de residência urbano e rural.

Tabela D.4. Tamanho médio dos AF segundo o distrito/meio de residência e o número de activos salarizados no AF

Número de activos Salarizados no AF	Distrito							Meio de residência		Total
	A,Grande	Me-Zochi	Cantagalo	Caue	Lemba	Lobata	Príncipe	Urbano	Rural	
Nenhum	3,5	3,6	3,7	4,0	3,9	3,7	3,3	3,6	3,7	3,6
1	4,0	4,4	4,1	4,3	4,0	4,2	3,8	4,2	4,2	4,1
2	5,2	5,7	5,8	5,5	5,5	5,4	5,2	5,3	5,6	5,4
3	7,1	7,6	6,7	9,7	9,7	6,6	7,4	7,2	7,3	7,2
4 e mais	8,2	9,0	9,9	7,2	7,2	9,0	7,5	8,3	9,0	8,5
Total	4,1	4,2	4,3	4,0	4,0	3,9	3,7	4,1	4,0	4,1

D.2.2. Composição familiar do Agregado Familiar

D.2.2.1. Distritos e meio de residência

Os agregados familiares parentais são os que têm maior tamanho, seguidos dos mono parentais, o que espelha que homens sós ou mulheres sozinhas chefiam famílias de mais de 4 membros, em todos os distritos e nos meios urbano e rural. Os agregados não familiares são os mais pequenos com menos de 2 pessoas fazendo parte do mesmo (tabela D.5).

Tabela D.5. Tamanho médio dos AF segundo o distrito /meio de residência e a composição familiar do AF

Composição familiar do AF	Distrito							Meio de residência		Total
	A.Grande	Me-Zochi	Cantagalo	Caue	Lemba	Lobata	Príncipe	Urbano	Rural	
Não familiar	1.7	1.6	1.5	1.4	1.5	1.6	1.4	1.7	1,5	1,6
Conjugal	2.9	3.0	2.7	2.5	2.8	3.0	3.1	2.9	2,9	2,9
Monoparental	4.6	4.7	4.3	4.4	4.3	4.5	4.2	4.5	4,6	4,6
Parental	5.3	5.6	5.3	5.8	5.3	5.4	5.3	5.4	5,5	5,4
Total	4.1	4.2	3.9	4.3	4.0	3.9	3.7	4.1	4,0	4,1

D.2.2.2. Sexo do chefe e tamanho do agregado familiar

As famílias parentais e conjugais assumem valores ligeiramente superiores no meio rural quando o chefe é do sexo feminino, enquanto no caso dos monoparentais assumem um comportamento misto, isto é , os agregados cujos chefes são do sexo feminino têm menor tamanho no meio urbano e maior tamanho no meio rural (tabela D.6). Várias podem ser as causas explicativas, entre as quais, a emigração dos homens, deixando as obrigações familiares nos ombros da mulher, a viuvez, entre outras.

Tabela D.6. Tamanho médio dos AF segundo o meio de residência, o sexo do CAF e a composição familiar do AF

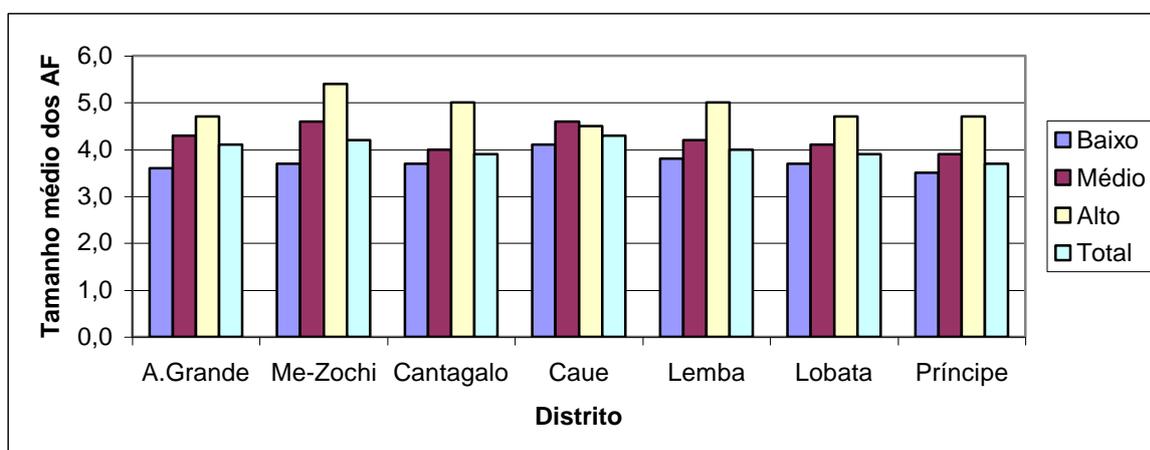
Composição familiar do AF	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Não familiar	1,6	1,9	1,3	2,0	1,5	1,9
Conjugal	2,9	2,7	2,9	3,1	2,9	2,8
Monoparental	4,6	4,5	4,2	4,7	4,5	4,6
Parental	5,4	5,5	5,4	5,5	5,4	5,5
Total	4,2	4,0	4,0	4,0	4,1	4,0

D.2.3. Nível do conforto do agregado familiar

Duma maneira geral, quanto maior é o nível de conforto maior é o tamanho do agregado familiar (gráfico D.2). Esta situação é comum em todos os distritos e também nos meios urbano e rural. Tendo em conta que nas famílias santomenses é comum as famílias com menos recursos entregarem os seus/suas filhos/as, às famílias que têm melhores condições de vida, não é de estranhar que seja esta a tendência.

Analisando a situação por distrito, os agregados com nível de conforto alto e com maior número de membros encontram-se em Mé-Zochi, seguido de Cantagalo e Lembá. Caué é o distrito que menos variações tem em relação ao número de membros e o nível de conforto dos agregados, devido talvez a maior homogeneidade da sua população.

Gráfico D.2 - Tamanho médio dos AF segundo o distrito/meio de residência e o nível do conforto do AF



D.2.3.1 Tamanho médio do agregado e Sexo do chefe

No que se refere ao sexo do chefe do agregado, verifica-se a mesma tendência já encontrada nos os distritos e meios de residência, não constituindo a variável sexo, um factor de diferenciação, para a relação tamanho do agregado e nível de conforto, tanto no meio urbano como no rural (tabela D.7).

Tabela D.7. Tamanho médio dos AF segundo o meio de residência, o sexo do CAF e o nível do conforto do AF

Nível do conforto AF	Urbano		Rural		Total	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Baixo	3,7	3,6	3,7	3,8	3,7	3,7
Médio	4,4	4,3	4,2	4,3	4,3	4,3
Alto	4,8	4,5	5,1	5,3	4,9	4,6
Total	4,2	4,0	4,0	4,0	4,1	4,0

D.3. Tamanho médio dos agregados familiares segundo algumas características do chefe do agregado familiar

Ao nível nacional, os agregados em que os chefes têm entre os 35 e os 44 anos e entre os 45 e 54 anos são os que têm o maior número de pessoas, o que é evidente, considerando que compreendem mulheres em idade fecunda, e as crianças/ adolescentes existentes no agregado ainda não são autónomas/os; por outro lado, é também nesses idades que as mulheres começam a ser avós.

No que se refere à distribuição por sexo, constata-se que tanto os agregados chefiados por homens como os chefiados por mulheres, têm maior número de membros nos grupos etários acima mencionados, ou seja dos 35 a 44 anos. No entanto, os agregados chefiados por homens têm maior número de membros nos grupos etários acima referenciados. De realçar que no grupo dos 10-14 anos, os agregados chefiados por homens têm em média mais de 3 pessoas, atingindo no distrito de Caué 5 pessoas, e os chefiados por mulheres atingem um máximo de 6 pessoas em Lobata (anexo D21). Esta situação não deixa de ser preocupante, já que se trata apenas de adolescentes que ainda não atingiram a maturidade psicológica suficiente para serem chefes de família.

No que se refere à situação nos distritos, a situação é a mesma, observando-se a mesma tendência já atrás mencionada (anexo D21).

D.3.1. Variação do tamanho dos agregados familiares por meio de residência e idade dos chefes de agregado

No que se refere aos meios de residência urbano e rural, as diferenças mais significativas entre os mesmos, situam-se no grupo etário dos 10-14 anos, em que o tamanho dos agregados é maior no meio rural do que no urbano, ou seja 3,5 para 2,8 pessoas. De realçar que no meio rural, devido às escassas possibilidades de prossecução dos estudos, como já foi atrás mencionado, os adolescentes/ jovens tendem a constituir família mais cedo. Outra das causas poderá estar relacionada com a perda dos parentes próximos, o que pode levar a assunção das responsabilidades familiares. Relativamente a outros grupos etários, verifica-se a mesma tendência, ou seja, os agregados de maiores tamanhos são aqueles cujos chefes têm idade compreendida entre 35 e 54 anos.

Se se tiver em conta o sexo do chefe do agregado, constata-se que os agregados chefiados por homens com idade compreendida entre os 10-14 anos têm no meio urbano cerca de 3 pessoas e no meio rural cerca de 4 pessoas. A situação é diferente para as mulheres que nesse grupo etário não se encontram a chefiar agregados no meio urbano; mas, no meio rural, devido a diversas causas que até podem estar relacionadas com a perda dos pais, chefiam agregados com mais de 3 pessoas.

Tabela D.8. Tamanho médio dos Agregados Familiares segundo meio de residência e a idade do Chefe de agregado familiar

Sexo do CAF	Idade	Urbano	Rural	Total
Homens	10-14	2,8	3,5	3,1
	15-24	2,5	2,4	2,5
	25-34	3,7	3,8	3,7
	35-44	5,1	5,2	5,1
	45-54	5,4	5,1	5,3
	55-64	4,8	4,5	4,6
	65+	4,0	3,3	3,6
	Total	4,2	4,0	4,1
Mulheres	10-14	—	3,3	3,3
	15-24	2,7	2,6	2,6
	25-34	3,7	4,0	3,8
	35-44	4,7	5,0	4,8
	45-54	4,7	4,7	4,7
	55-64	4,0	4,6	4,2
	65+	3,5	3,2	3,4
	Total	4,0	4,0	4,0
Total	10-14	2,8	3,5	3,1
	15-24	2,6	2,4	2,5
	25-34	3,7	3,8	3,8
	35-44	4,9	5,1	5,0
	45-54	5,1	5,0	5,1
	55-64	4,5	4,5	4,5
	65+	3,8	3,3	3,5
	Total	4,1	4,0	4,1

D.3.2. Variação do tamanho do agregado de acordo com o estado civil do chefe de agregado familiar

À semelhança da situação já verificada nas tabelas anteriores, o tamanho dos agregados familiares aumenta com a idade, atingindo os valores mais altos dos 35 a 54 anos. A única excepção situa-se no grupo dos 10-14 anos, em que o estado civil do chefe é a união de facto e o tamanho do agregado é de 4 pessoas (tabela D.9). De destacar que os/as chefes solteiros/as são os que chefiam famílias mais pequenas (2,8 pessoas), enquanto os que se encontram em união formal, ou seja, casados/as, são os que chefiam famílias maiores, ou seja, 4,9 e 4,8 respectivamente.

Tabela D.9. Tamanho médio dos AF segundo a idade e o estado civil do CAF

Idade	Solteiro(a)	União formal	União de facto	Divorciado(a)/ Separado(a)/ Viúvo(a)	Total
10-14	2,4	—	4,1	—	3,1
15-24	1,8	3,5	3,1	2,2	2,5
25-34	2,5	3,9	4,2	3,3	3,8
35-44	3,6	5,3	5,6	4,3	5,0
45-54	3,5	5,6	6,0	4,4	5,1
55-64	3,2	5,6	5,7	4,0	4,5
65+	2,6	4,8	4,8	3,2	3,5
Total	2,8	4,9	4,8	3,6	4,1

D.3.3. Variação do tamanho dos agregados familiares e o nível de instrução do chefe

Analisando a tabela D.10 abaixo representada, constata-se que de forma geral o tamanho dos agregados, independentemente do nível de instrução dos /as chefes, evolui de forma semelhante a já mencionada para as tabelas anteriormente analisadas

Tabela D.10. Tamanho médio dos AF segundo a idade e o nível de instrução do CAF

Idade	Sem instrução	Primário	Secundário e mais	Total
10-14	1,0	3,6	2,8	3,1
15-24	2,2	2,5	2,5	2,5
25-34	3,4	3,8	3,7	3,8
35-44	4,8	5,1	4,9	5,0
45-54	4,5	5,2	5,3	5,1
55-64	4,0	4,7	5,9	4,5
65+	3,2	3,9	4,5	3,5
Total	3,7	4,2	4,1	4,1

D.3.4. Variação do tamanho do agregado familiar com a situação profissional do chefe de agregado

Em termos gerais, os agregados cujos/as chefes são empregadores têm maior número de pessoas (4,6), enquanto aqueles cujos chefes não têm trabalho têm cerca de 2 pessoas.

O número de membros aumenta a partir dos 15 anos, atingindo um maior tamanho quando os chefes têm idade compreendida entre 35 e 54 anos, com exceção dos empregadores com idade compreendida entre 55-64 anos que chefiam agregados com 5,8 pessoas (tabela D.11).

Tabela D.11. Tamanho médio dos AF segundo a idade e o estatuto profissional do CAF

Idade	Sem trabalho	Trabalho a conta de outrem	Empregador(a)	Trabalho a conta própria	Trabalho familiar não remunerado	Total
10-14	1,9	3,8	—	3,9	4,0	3,1
15-24	2,4	2,5	2,6	2,5	2,3	2,5
25-34	3,7	3,7	3,7	3,9	3,6	3,8
35-44	4,7	5,0	5,3	5,2	4,9	5,0
45-54	4,7	5,1	5,3	5,2	4,7	5,1
55-64	4,3	4,5	5,8	4,7	4,6	4,5
65+	3,3	3,9	4,7	3,8	3,5	3,5
Total	3,7	4,1	4,6	4,2	3,9	4,1

CONCLUSÕES

Os dados recolhidos no Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2001 permitiram ter uma visão global dos agregados familiares em São Tomé e Príncipe, embora a adopção de uma metodologia diferente da utilizada em 1991, não permita a comparação directa dos dados para a maioria das variáveis.

Dos agregados recenseados, 95% encontram-se na Ilha de São Tomé e 5% na Região do Príncipe. No entanto, ao nível nacional, a média de pessoas por agregado é de 4,1 pessoas, não havendo diferenças significativas entre os distritos e as regiões.

Da população dos agregados familiares, 47% dos homens e 48% das mulheres têm idade compreendida entre 15 e 49 anos, ou seja, fazem parte da população activa e as mulheres encontram-se em idade reprodutiva. No entanto, 54% do total dos agregados não tinham nenhum activo salariado por ocasião do recenseamento em 2001, sendo a situação mais crítica nos distritos de Cantagalo e Lobata onde essa proporção ultrapassa os 70%.

No que se refere à posse de bens e serviços, 73,9% do total dos agregados possuem água canalizada / fontanário, 51,6% tem rádio e mais de 50% utiliza gás, electricidade e petróleo para cozinhar. No entanto, a situação é crítica no concernente à existência de casa de banho / retrete e sistema de esgotos, onde a proporção ronda os 17% do total dos agregados ao nível nacional. Cantagalo encontra-se em pior situação onde apenas 7% e 6% dos agregados, possui casa de banho / retrete e sistema de esgotos, respectivamente.

Assim, relativamente ao nível de conforto, no meio rural existe uma proporção maior de agregados com nível de conforto baixo (53,8%) que no meio urbano (47,8%). De realçar que nos distritos de Caué e Lembá, a proporção dos agregados com nível de conforto baixo foi de 62,7% e 58,3%, respectivamente.

No RGPH de 2001, constatou-se que a proporção dos homens chefes dos agregados familiares é muito superior (68%) em relação à proporção das mulheres (32%), tal como se verificou em 1991. No entanto, no meio urbano a proporção das mulheres chefes dos agregados é superior à proporção dos homens na mesma posição, ou seja, 57,6% para 51,8%, e no meio rural a relação é inversa.

No que se refere à idade dos chefes dos agregados, constatou-se que para o sexo masculino a classe modal situa-se no grupo etário dos 25 – 34 anos, enquanto para o sexo feminino no grupo dos 35 – 44 anos. De realçar que no meio rural foram recenseadas chefes dos agregados do sexo feminino situadas no grupo etário dos 10 – 14 anos, o que é grave, tendo em conta que se tratam praticamente de crianças, sem maturidade para assunção de responsabilidades familiares.

Relativamente ao estatuto da actividade económica, a maioria dos chefes dos agregados familiares tem um emprego permanente, numa proporção global de 76,4%, estando os homens numa proporção mais alta (87,5%) do que as mulheres (53%), tanto no meio urbano como no rural.

Os agregados chefiados por mulheres tendem a ser mais pobres, tendo em conta que possuem uma menor proporção de activos remunerados (26,1% para 34,4%) e uma maior proporção de inactivos (73,9% para 65,6%)

Verificou-se também no RGPH 2001, que as famílias parentais são as mais frequentes ao nível nacional (42%), enquanto as conjugais representam apenas 8,7%. Tanto para o meio urbano como para o rural, os homens chefiam predominantemente famílias parentais numa proporção total de 60%, enquanto as mulheres chefiam sobretudo famílias mono-parentais com cerca de 70%.

De forma geral, as pessoas estranhas ao núcleo familiar, denominadas neste estudo “fora de núcleo” não são muito abundantes nas famílias santomenses, representando pouco mais de 22%, ao nível nacional, e estando em maiores proporções no meio urbano (22,8%) que no rural (21,7%).

A proporção dos membros “fora de núcleo” é maior nos agregados chefiados por mulheres (28,3%) do que nos agregados chefiados por homens (19,5%), e é também maior nos agregados em que os/as chefes são viúvos/as divorciados/as e solteiros/as.

Relativamente ao tamanho dos agregados familiares, constatou-se uma média de 4,1 pessoas ao nível nacional, menor que em 1991 em que era de 4,3 pessoas, apresentando Caué uma média de 4,3 pessoas e Príncipe 3,7 pessoas.

Entre os recenseamentos de 1991 e 2001, o número de agregados aumentou de 27449 a 33 659 e verificaram-se também algumas alterações: os agregados com um membro passaram de 21% para 17,6% e os que têm 10 ou mais membros diminuíram, passando de 5,2% para 2,8%.

Finalmente, constatou-se que o tamanho do agregado varia com a situação profissional do chefe do agregado. Assim, os agregados cujos/as chefes não têm trabalho têm cerca de 2 pessoas, enquanto aqueles cujos/as chefes são empregadores têm em média 4,6 pessoas.

Em termos globais, os dados obtidos no RGPH 2001, permitiram ter uma ideia mais clara sobre os agregados familiares, em relação aos de 1991. No entanto, torna-se necessário estudos complementares de forma a se apreender melhor a situação da família santomense, sua situação actual e tendências futuras.

BIBLIOGRAFIA

- Diário da República n.º. 55 (1977), *Lei n.º. 2/77 (Lei da Família)*, 28 de Dezembro de 1977
- Instituto Nacional de Estatísticas, *Agregados Familiares*, RGPH 1991, 9 pags.
- Instituto Nacional de Estatísticas (2002), *Síntese dos Resultados Definitivos do III Recenseamento Geral da População e da Habitação 2001*, Outubro de 2002, São Tomé, 52 pags.
- LOCOH Th. (1995), *Familles Africaines, Population et Qualité de la Vie*, Les Dossiers du CEPED n.º. 26, Paris, 1995, 48 pags.
- Ministério do Planeamento e Finanças, Direcção de Planificação Económica (2001), *Diagnóstico da Situação da População e Género em São Tomé e Príncipe*, Volume III, São Tomé, Fevereiro 2001, 95 pags.
- PIRES DOS SANTOS Lurdes (2003), *A Mulher de São Tomé e Príncipe*, RGPH 2001, São Tomé, Maio de 2003
- República Democrática de São Tomé e Príncipe (1990) – *Constituição Política*, aprovada pela Lei n.º. 7/90 de 10 de Setembro de 1990, 38 pags.
- Sistema das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe (1998), *São Tomé e Príncipe: Preparação Conjunta da Avaliação Geral do País*, Versão Final, Novembro de 1998.
- UNICEF (1993), *Crianças e Mulheres em S. Tomé e Príncipe*, São Tomé, Maio de 1993, 164 pags.
- UNESCO/érès (1990), *Evolutions de la famille, Génie biologique, facteurs démographiques, politiques de la famille, valeurs*, Revue Internationale des Sciences Sociales, Novembre 1990, 691 pags.